

## Resenha de *Conhecimento e Crença Cristã* de A. Plantinga

### *Review: Knowledge and Christian Belief* by A. Plantinga

Sérgio Miranda  
Universidade Federal de Ouro Preto

*Conhecimento e Crença Cristã* é o mais recente livro de Plantinga. Ele é uma versão resumida de *Warranted Christian Belief*, obra-prima do autor que completa a trilogia iniciada com *Warrant: the Current Debate* e *Warrant and Proper Function*. Como o original, ele trata de diversas questões centrais da filosofia da religião com inteligência, bom-humor e humildade, que são marcas características do seu autor. Certamente, perde-se nele um pouco da erudição, das discussões paralelas e notas explicativas que são abundantes no original, mas ganha-se muito com a visão panorâmica sinóptica e acessível que é aí oferecida. A publicação pela Academia Monergista da sua tradução para o português é muito bem-vinda, pois ele pode contribuir bastante para a formação dos alunos dos cursos de filosofia e de teologia no Brasil, para a divulgação da filosofia da religião e para a ampliação do interesse acadêmico pela área.

*Conhecimento e Crença Cristã* é composto de dez capítulos, que podemos separar em três partes. A primeira abrange os dois primeiros capítulos e apresenta algumas objeções ao teísmo, em especial as alegações de Freud e Marx contra a racionalidade da crença teísta. Na segunda parte, Plantinga procura responder a essas alegações construindo um modelo, batizado de modelo A/C (em deferência a Tomás de Aquino e João Calvino), no qual a crença teísta em geral e a crença cristã em particular são racionais, visto que têm garantia,

e chegam até mesmo a atingir o grau de conhecimento. A terceira e última parte trata dos anuladores da crença teísta e cristã, ou seja, razões para acreditar que essas crenças são falsas ou injustificadas, irracionais e sem garantia.

O primeiro capítulo trata de uma objeção comum entre os autores do positivismo lógico no século XX, mas que tem as suas raízes no pensamento kantiano. Na sua monumental *Crítica da Razão Pura*, Kant sustentou que o pensamento gera um conhecimento substancial sobre o mundo somente quando houver a cooperação entre o entendimento e a intuição sensível. Portanto, visto que Deus não é dado à intuição sensível, não podemos ter pensamentos a seu respeito, ou melhor, não podemos ter pensamentos a respeito de Deus para os quais possamos reivindicar o posto de conhecimento.

Esse ponto de vista é criticado em *Conhecimento e Crença Cristã*. À primeira vista, parece que um conhecimento substancial de Deus é possível mesmo sem uma intuição sensível: em um mundo criado por Deus, os seus habitantes poderiam ter esse conhecimento, e parece possível haver um mundo assim. Além disso, o ponto de vista kantiano é auto-anulador: se não se pode pensar acerca de Deus tendo em vista conhecer algo a seu respeito, também não se pode com esse mesmo intuito pensar que não se pode pensar acerca de Deus, resultado que diminui a credibilidade da posição kantiana.

O ponto de partida do segundo capítulo é a distinção entre dois tipos de objeções. Enquanto as *objeções de facto* colocam em questão a verdade da crença teísta e cristã, as *objeções de jure* questionam o direito do crente de assumir a sua crença. Um dos objetivos principais de *Conhecimento e Crença Cristã* é responder a este segundo tipo de objeção. Inicialmente, Plantinga recusa a *objeção de jure* centrada na acusação de que o teísmo carece de evidência e o teísta não cumpre os seus deveres epistêmicos quando assume a sua crença. As suas observações sobre essa objeção remontam à elaboração inicial da sua *epistemologia reformada* e são centradas na crítica ao *fundacionalismo clássico*, posição defendida por filósofos modernos importantes como Descartes e Locke, e na adoção de um tipo moderado de fundacionalismo que poderia entender a crença teísta e cristã como uma crença básica que não precisaria de justificação para ser admitida.

Um tipo mais promissor de objeção à crença teísta e cristã seria proposto por Freud e Marx. Enquanto Freud afirma que a crença teísta é produto de um mecanismo de realização de desejo fundamentalmente não orientado pela realidade, Marx sustenta que a crença teísta é produto de um mecanismo de formação de crença corrompido por uma estrutura social perversa. Plantinga mantém que nos dois casos a objeção ao teísmo deve ser entendida como a crítica de que a crença teísta não tem *garantia*, ou seja, que ela não cumpriria as condições que a elevariam ao posto de conhecimento.

Neste ponto, ele segue basicamente a proposta epistemológica que desenvolveu anteriormente no livros *Warrant: the Current Debate* e *Warrant and Proper Function*. Na sua opinião, uma crença tem garantia somente se for gerada i) por um mecanismo funcionando propriamente, ii) em um ambiente adequado para o funcionamento desse mecanismo, iii) por um mecanismo que visa à verdade e iv) por um mecanismo fiável, i.e., que tende a gerar mais crenças verdadeiras do que falsas. A condição final da garantia é v) que a crença não tenha um anulador.

Nos capítulos 3-6, Plantinga busca responder às objeções de Freud e Marx com a construção de um modelo no qual as condições i)-iv) da garantia seriam satisfeitas; no capítulo 7, ele discute objeções a esse modelo; finalmente, ele considera a condição v) da garantia ao discutir nos capítulos 8-10 alguns dos aparentes anuladores da crença teísta e cristã.

Oferecer um modelo para uma proposição é apresentar uma circunstância possível que a tornaria verdadeira. No capítulo 3, a proposição para a qual se constrói o modelo diz respeito exclusivamente à garantia para a crença no Deus teísta; posteriormente, Plantinga ampliará o modelo a fim de incorporar doutrinas especificamente cristãs. Esses modelos serão designados “Modelo A/C” e “Modelo A/C estendido” (A/C de Aquino e Calvino).

O Modelo A/C parte da afirmação de que temos um conhecimento natural de Deus, presente nas obras de Aquino e Calvino, mas também sugerida nas *Sagradas Escrituras* em trechos como Rm 1:18-20. Inicialmente, haveria um mecanismo de formação de crença, algo similar à percepção e à memória, que podemos chamar de *sensus divinitatis*. Sob certas circunstâncias, esse *sensus divinitatis* entraria em funcionamento gerando a crença em Deus, que, assim como as crenças da percepção e da memória, poderíamos entender como crenças básicas em relação às quais não se demanda justificações.

Seguindo em frente, Plantinga alega que no modelo a crença teísta não só é vista como básica, mas também *tem garantia*, desde que suponhamos aí que Deus existe: nesse caso, nada seria mais natural do que pensar que ele criou os seres humanos com um mecanismo projetado para revelar a sua presença quando funciona propriamente no ambiente em que nos encontramos.

Suponha agora que substituimos no modelo o *sensus divinitatis* pelo mecanismo mais geral de realização de desejo de Freud. Nesse caso, podemos pensar que o mecanismo de realização de desejo tenha sido projetado por Deus para produzir crenças com outras virtudes que não a verdade, exceto naquele caso em que a crença diga respeito à própria existência de Deus. Pode-se até mesmo pensar que o mecanismo de realização de desejo funciona mal em certos casos, principalmente devido ao orgulho dos seres humanos, que

querem se ver livres de toda autoridade e autossuficientes, sendo então levados a acreditar que Deus não existe.

Parece que não há na obra de Freud qualquer argumento para excluir essa possibilidade. Na verdade, o próprio ponto de partida do argumento freudiano contra a garantia da crença teísta a excluiria, uma vez que Freud assume desde o começo uma compreensão naturalista do mundo, a mente humana aí incluída, na qual não há lugar para Deus. Nesse caso, a formação da crença teísta pelo mecanismo de realização de desejo não teria realmente garantia.

O resultado ao qual se chega não é nada trivial: o teísta, assumindo a existência de Deus, estabelece a garantia da sua crença; Freud, assumindo uma perspectiva naturalista e ateísta, estabelece que não há garantia para a crença teísta. O que se vê é que a questão epistêmica da garantia depende da questão metafísica sobre as características gerais do universo que habitamos: a questão *de jure* sobre a garantia e racionalidade do teísmo não pode ser respondida separadamente da *questão de facto* sobre a verdade ou falsidade do teísmo. Ao final, fica claro que Plantinga não refuta a objeção de Freud e Marx, mas o resultado ao qual chega enfraquece qualquer objeção que não venha acompanhada da defesa de uma visão de mundo.

Os capítulos 5 e 6 são dedicados à ampliação do modelo A/C. Essa ampliação consiste, basicamente, na incorporação de temas e doutrinas características do cristianismo para explicar como as doutrinas cristãs têm garantia e podem chegar a conhecimento. Plantinga propõe que a garantia e conhecimento das doutrinas cristãs não poderiam ser geradas pelo *sensus divinitatis*, corrompido pelo pecado humano, mas sim por alguma intervenção divina. Chegamos à garantia e conhecimento das doutrinas cristãs por meio da palavra de Deus na *Bíblia* e pela instigação do *Espírito Santo*, que produz em nós a fé, entendida como o conhecimento do plano de salvação oferecido por Deus, e orienta os nossos afetos na direção correta.

Para a compreensão adequada da especulação em *Conhecimento e Crença Cristã*, principalmente nos capítulos 5 e 6, o leitor deve ter em mente que o que se busca é desenvolver uma resposta para a questão da garantia da crença cristã a partir de uma visão de mundo teísta e cristã. Nesse sentido, supondo o teísmo e a verdade de certas doutrinas cristãs, o modelo que confere garantia à crença cristã e a eleva ao status de conhecimento por meio da leitura bíblica, pela instigação do Espírito Santo e instauração da fé é no mínimo digno de consideração.

Há dois modos de criticar esse novo resultado. Primeiramente, podemos criticar o próprio modelo; além disso, podemos apresentar anuladores da crença teísta e cristã, minando assim os pressupostos fundamentais do modelo. Plantinga discute as objeções ao modelo no

capítulo 7, e os anuladores da crença teísta e cristã nos capítulos finais do seu livro.

A crítica do modelo A/C e A/C estendido assenta-se na suposição de que o *sensus divinitatis* e a instigação do Espírito Santo dão ao crente experiências religiosas que justificam ou garantem a crença em Deus ou na verdade do cristianismo. Visto que essa suposição não é forçosa, Plantinga a adota apenas com o intuito de tornar a crítica relevante e dar sequência à discussão. Ele contrasta as crenças teísta e cristã com as hipóteses científicas e ressalta as suas similaridades com as crenças da percepção e da memória a fim de responder a J. L. Mackie, que argumenta em *The Miracle of Theism* contra a justificação ou garantia das crenças teísta e cristã por meio da experiência religiosa.

Os capítulos 8-10 encerram o livro com a discussão de anuladores da garantia da crença teísta e cristã. Esses anuladores tornam irracional para o crente manter a crença teísta e cristã, porque oferecem razões para ele pensar que a sua crença é falsa ou que ele não se encontra em uma posição favorável para decidir sobre a verdade delas. Plantinga descarta sucessivamente a crítica bíblica histórica, o pluralismo religioso, e o mal como anuladores das crenças teísta e cristã. Tomemos a discussão sobre o mal como exemplo.

O problema lógico do mal é a acusação de que o teísmo acarreta uma contradição, porque afirma a existência de Deus, o criador onipotente, onisciente e sumamente bom, ao mesmo tempo que admite que há o mal neste mundo. Em *Conhecimento e Crença Cristã*, Plantinga se limita a indicar o tratamento pleno desse problema oferecido em *Deus, a Liberdade e o Mal*. Em relação ao problema indiciário ou probabilístico, i.e., a acusação de que o teísmo seria improvável dada a ocorrência de certos tipos de males neste mundo, ele argumenta que as consequências que decorrem da aceitação de que o mal seja evidência contra o teísmo não seriam graves. De fato, mesmo se a probabilidade do teísmo for baixa, dado o fato do mal, disso não se segue que a crença teísta seja irracional, da mesma forma que a baixíssima probabilidade de uma pessoa tirar uma mão de quatro ases em um jogo de cartas não torna a sua crença de ter tirado uma mão com quatro ases irracional, se, por exemplo, ela vê que recebeu uma mão com quatro ases. Conforme o modelo da garantia proposto em *Conhecimento e Crença Cristã*, o crente *perceberia* a presença Deus por meio do *sensus divinitatis*.

Para Plantinga, portanto, o maior obstáculo colocado pelo mal não seria introduzido por um argumento dedutivo ou probabilístico, mas surgiria de maneira direta e imediata: a vivência de um mal horrendo e o sofrimento profundo, por exemplo, desencadeariam a crença de que nenhum ser com as características do Deus teísta poderia permitir esse mal e sofrimento. A sua resposta a essa objeção apela para o modelo A/C e A/C estendido: no modelo A/C, uma pessoa perfeitamente racional teria as suas faculdades cognitivas

intocadas, inclusive o *sensus divinitatis*, que gera a crença em Deus, e a ideia de que Deus não existe não passaria por sua cabeça; no modelo A/C estendido, mesmo que o seu *sensus divinitatis* seja corrompido pelo pecado, uma pessoa teria a sua crença em Deus restaurada pelo pela ação do *Espírito Santo* e pela salvação oferecida por Cristo, e a presença do mal não comprometeria a garantia da sua crença em Deus.

De modo geral, portanto, o apelo aos modelos A/C e A/C estendido inibe a anulação da crença teísta e cristã pelo mal. Ao final, contudo, Plantinga reconhece que não foram apresentados argumentos convincentes a favor desses modelos - na verdade, ele pensa que não há esses argumentos. Seja como for, o seu objetivo principal era estabelecer que não há uma crítica de irracionalidade da crença teísta e cristã independente de uma visão de mundo e de compromissos metafísicos. E penso que ele tenha sido bem sucedido nessa tarefa.

Essa breve exposição dá ao leitor uma ideia do que esperar no livro de Plantinga: a investigação é ampla e compreensiva, rica historicamente e desafiadora do ponto de vista argumentativo. A versão brasileira contém alguns erros de tradução e inconsistência de terminologia devidas ao processo de editoração. Porém isso não compromete a fluência do texto. Além disso, ela vem com um prefácio que apresenta brevemente o pano de fundo da especulação em *Conhecimento e Crença Cristã* e esclarece a motivação para a discussão da garantia das crenças religiosas a partir de uma base caracteristicamente cristã. De modo geral, o livro será muito útil para o leitor interessado em conhecer a filosofia da religião, estudar a filosofia de Plantinga ou discutir com competência alguma das questões aí tratadas, e altamente recomendável como bibliografia primária em cursos introdutórios de filosofia da religião e como fonte de pesquisa e consulta sobre temas da área.

Alvin Plantinga, *Conhecimento e Crença Cristã*, Brasília: Academia Monergista, 2016, ISBN: 978-85-69885-02-3.